

AMÉRICA LATINA: CINCO SÉCULOS EM BUSCA DA INTEGRAÇÃO¹

Vitor Hélio Pereira de SOUZA²
Márcio Rogério SILVEIRA³

Resumo: O artigo realiza um resgate da evolução do processo de integração latino-americano nos últimos séculos, iniciando nas tentativas de integração visando afastar o risco do colonialismo europeu e, consecutivamente, objetivando servir de extensão aos projetos de desenvolvimento nacional, promovidos por cada Estado-nação. Ao adentrar o século XXI com a IIRSA, projeto limitado à integração territorial, novas convergências entre os países foram promovidas. O resultado foi a criação da UNASUL e da ALBA, iniciativas emancipatórias que ampliaram a agenda política para a região. Todavia, o estratagema adotado resultou numa busca desenfreada pelos Estados Unidos da América em retomar sua hegemonia na América Latina. Após examinar esse contexto geopolítico/geoeconômico, fica a dúvida sobre o aprofundamento das iniciativas integracionistas na América Latina.

Palavras-chave: América Latina, América do Sul, integração regional, normatização, território.

AMÉRICA LATINA: CINCO SIGLOS EN BUSCA DE LA INTEGRACIÓN

Resumen: Este artículo analiza la evolución del proceso de integración latino-americana en los últimos siglos, a partir de los intentos de integración, con el objetivo de evitar el riesgo de colonialismo europeo y consecutivamente con el objetivo de servir como extensión de los proyectos de desarrollo nacional promovidos por cada Estado Nación. Al entrar en el siglo XXI con IIRSA, proyecto limitado a la integración territorial, nuevas convergencias se promovieron entre los países. El resultado fue la creación de UNASUR y ALBA, iniciativas emancipadoras que expandieron la agenda política de la región. Sin embargo, la táctica adoptada dio lugar a una búsqueda frenética por los Estados Unidos de América para reanudar su hegemonía en América Latina. Después de examinar este contexto geopolítico / geoeconómico queda la duda acerca de profundizar las iniciativas de integración en América Latina.

Palabras clave: América Latina, América del Sur, integración regional, normalización, territorio.

LATIN AMERICA: FIVE CENTURIES SEEKING THE INTEGRATION

Abstract: The article provides a ransom of the developments in the Latin American integration process in the recent centuries, starting in the attempts to integrate in order to avoid the risk of European colonialism and consequently aiming to serve as an extension to the national development projects promoted by each Nation-state. At the beginning of the twenty-first century with the

¹ Artigo resultante da pesquisa de mestrado intitulada “Integração territorial na América do Sul: uma análise multiescalar a partir das obras da IIRSA/COSIPLAN”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, UNESP/FCT (Campus de Presidente Prudente). Com financiamento da FAPESP: processo nº 11/03604-9.

² É mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista - UNESP/FCT (Campus de Presidente Prudente); Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e, pesquisador do GEDRI (Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infraestrutura). E-mail: vitorgedri@hotmail.com

³ Professor adjunto do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado) da UFSC e da UNESP (Campus de Presidente Prudente). E-mail de contato: marcio.silveira@ufsc.br

IIRSA, a limited project to the territorial integration, new convergences between the countries were promoted. The result was the creation of UNASUR and ALBA, emancipatory initiatives that increased the political diary for the region. However, the artifice resulted in a frantic search by the United States of America to resume its hegemony in Latin America. After examining this geopolitical / geo-economic context, we are in doubt about the deepening integrationist initiatives in Latin America.

Keywords: Latin America, South America, integration, standards, territory.

INTRODUÇÃO

Como afirmou Darcy Ribeiro (2010, p. 23), na América Latina a contiguidade territorial nunca funcionou enquanto fator favorável à unificação, uma vez que nos últimos séculos as distintas implantações coloniais que originaram as sociedades latino-americanas coexistiram, porém pouco conviveram. Ainda assim, a gênese comum de uma formação socioespacial latino-americana, marcada pela integração subordinada do continente ao sistema capitalista mundial e que nos logrou à condição de países periféricos, nos habilita a buscar soluções conjuntas para a América Latina.

No decorrer dos séculos foram diversas as tentativas de fomentar iniciativas integracionistas entre os países do continente, primeiramente visando escapar do colonialismo europeu e, consecutivamente, visando afastar-se da órbita de influência norte-americana. Porém, também foram/são diversos os obstáculos e as contradições internas e externas, os quais dificultam a busca para coesão geopolítica/geoeconômica para a região.

Logo, esse trabalho encontra-se organizado em três tópicos: 1) demonstrar a evolução da integração continental, enquanto estratégia anticolonial, adentrando o século XX como possibilidade de tornar-se um prolongamento das estratégias nacionais de desenvolvimento e sua passagem para um modelo de integração bilateral mais preocupado com a ampliação do comércio exterior; 2) a origem e evolução do MERCOSUL, principal bloco econômico Sul-Americano, demonstrando a retomada da perspectiva “nacional-desenvolvimentista” nas últimas décadas; 3) seguindo essa lógica, ao adentrar o século XXI, com a eleição de governos mais alinhados à esquerda, as tentativas integracionistas ganham um novo fôlego e a integração continental retomada com a IIRSA tem sua agenda política ampliada para além dos ditames do livre comércio, resultando na UNASUL e indiretamente na ALBA, representando uma perspectiva geopolítica e econômica autônoma para região; 3.1) e, por fim, as novas estratégias econômicas e militares dos EUA visando garantir a manutenção de sua hegemonia na América do Sul e os desafios para a integração regional.

1-Evolução do processo de integração na América latina: a busca de um regionalismo contra-hegemônico

A Revolução Francesa (1789), ao atingir a monarquia europeia, retirou de foco os valores absolutistas em detrimento (ou benefício) de valores burgueses. Tal movimento repercutiu em uma nova Ordem Internacional, ecoando – ainda que indiretamente – nos movimentos independentistas na América hispânica e na transferência do Império Português para o Brasil.

Nesse contexto, as colônias hispânicas que haviam conquistado recentemente sua independência, devido ao risco de recolonização imposto pela Metrópole no Congresso de Verona (1822), colocaram em foco o debate sobre a integração continental. Embora tenha havido, até então, várias iniciativas integracionistas⁴, foi nessa conjuntura histórica que as mesmas ganhou força, enquanto estratégia anticolonial latino-americana⁵.

Desse modo, a controvérsia sobre a integração continental tornou-se atrelado à figura de Simon Bolívar⁶ que, no ano de 1826, convocou o Congresso Anfictiônico do Panamá e convidou os representantes das recém-criadas repúblicas e do império brasileiro para tratar de temas como: pacto de defesa mútua, criação de exército e do princípio de conciliação e arbitragem para solucionar conflitos internacionais, entre outros (CAMPOS, 2007). Apesar do Brasil não ter comparecido ao evento, essa iniciativa foi de grande importância histórica, uma vez que propôs ações políticas comuns e de organização da paz, consagrando princípios que foram aceitos somente no século XX. (ALEIXO, 2000).

O principal plano de Bolívar era criar a maior nação do mundo: a Grã-Colômbia, realizando primeiramente “[...] a formação de uma nacionalidade geográfica extensa, capaz de defender e promover o progresso econômico posterior não apenas diante da Espanha, mas também das demais grandes potências européias.” (ARICÓ, 2008, p. 24). Por conseguinte, visava ao “[...] estabelecimento da ordem política e social, com o propósito de que a anarquia emergente da natureza, própria do processo independentista não acabasse por invalidar o progresso econômico e por submeter os povos a uma tirania ainda mais arbitrária e despótica do que aquela contra a qual se levantara a revolução”. (ARICÓ, 2008, p.25).

Entretanto, esta união dos Estados deveria ser conquistada por meio de um governo

⁴ “*Ya em El Catecismo político Cristiano (1810) se lee “[...] que las colónias españolas formen una confederación de Estados para rechazar la dominación española [...], en la Historia de la Revolución de Nueva España, fray Servando Teresa de Mier subraya la necesidad de unión, “porque unidos, España es un enemigo insignificante”*(ROJAS MIX, 2008, p. 6).

⁵ O termo América Latina foi utilizado pela primeira vez no ano de 1856, pelo filósofo chileno, Francisco Bilbao em uma conferência realizada em Paris, sendo também o precursor do significado que a expressão assumiria mais tarde para as esquerdas americanas marco de um pensamento anticolonialista, antiimperialista e de um projeto de sociedade socialista (ROJAS MIX, 2008)

⁶ O mérito de Bolívar foi “[...] *convertirse en el demoburgués liberal más progresista de la fase independentista [...] adoptado medidas que se adelantaron a su época, como la abolición de la esclavitud negra y la supresión de la servidumbre indígena, que abrían paso a relaciones de producción capitalista.*” (VITALE, 2000. n.p.)

federalista, eleito no decurso do exercício de práticas de cidadania, que, naquele momento, careciam os habitantes das recém-criadas repúblicas e que dificultava a realização de assembleias ou eleições populares (CAMPOS, 2007). Tal fato contribuiu para que o mesmo fosse visto como figura polêmica pelos intelectuais europeus na época. Karl Marx, em artigo escrito em 1857 para o *New American Cyclopaedia*, criticou o caráter oligárquico de seus caudilhos e dirigentes políticos com tom acentuado de aversão a Bolívar, por essa razão foi acusado de ter sido preconceituoso em seus escritos. Deste modo, o mesmo confidenciou em carta a Engels

[...] Dana tem-me feito críticas por causa de um artigo mais longo sobre “Bolívar”, que estaria escrito em tom preconceituoso, e exige conhecer minhas fontes. Estas eu lhe posso fornecer, naturalmente, embora a exigência seja estranha. No que concerne ao estilo preconceituoso certamente saí um pouco do tom enciclopédico. Seria ultrapassar os limites querer representar como Napoleão I o mais covarde, brutal e miserável dos canalhas. Bolívar é o verdadeiro Soulouque. (MARX, 2008, p. 66).

Marx não compreendeu o importante papel de Bolívar para a emancipação do continente, principalmente em relação ao colonialismo hispânico. Por mais que Marx fosse hábil em entender que, muitas vezes, grandes transformações, sejam empunhadas por burgueses e oligarcas (Revolução Industrial) e outras por pactos de poder entre fortes e fracos (Revolução Francesa), o filósofo alemão não percebeu, nesse momento, o caminho do qual Bolívar era protagonista⁷.

Entretanto, o projeto de construir uma grande nação independente e integrada foi abortado, uma vez que as repúblicas recém-formadas, nesse contexto histórico, tinham a tarefa de construir a nação e emancipar-se ao mesmo tempo. Tal fato, atrelado à falta de vontade revolucionária das elites *criollas* na América hispânica, à desconfiança e ao desinteresse da monarquia brasileira para a iniciativa de integração, protagonizada pelas novas e independentes repúblicas hispânicas, contribuiu para o momentâneo fracasso da alternativa bolivariana. Todavia, Bolívar tornar-se-ia símbolo de uma perspectiva integracionista autônoma à ordem estabelecida.

Consequentemente, com o malograr-se da iniciativa, nos próximos séculos, os interesses latino-americanos passaram a ser assegurados pelos Estados Unidos, por meio de uma nova versão do pan-americanismo centralizador. Esse se tornaria cada vez mais hierarquizado; inicialmente foi pautado na Doutrina Monroe ou Monroísmo, referente ao pronunciamento proferido pelo então presidente norte-americano, *James Monroe*, ao Congresso dos EUA em 1823, no qual respondia às antigas metrópoles europeias.

⁷ Kohan (2011) supõe que a maneira que Marx retratou Bolívar em seu ensaio, deve-se, principalmente às obras de referências utilizadas, pautadas em trabalhos de soldados europeus, que mantiveram conflitos pessoais com o mesmo; além de se tratar de um trabalho escrito em apenas quatro meses, objetivando angariar recursos para dar continuidade à redação de “O Capital”.

[...] Consideraríamos como perigosa para a nossa paz e segurança qualquer tentativa da sua parte, para estender seu sistema a qualquer parcela deste hemisfério. Não temos interferido, nem interferiremos em assuntos das atuais colônias ou dependências de nenhuma das potências européias. Mas, quanto aos governos que proclamaram e têm mantido sua independência que reconhecemos, depois de séria reflexão e por motivos justos, não poderíamos considerar senão como manifestação de sentimentos hostis contra os Estados Unidos qualquer intervenção de alguma potência européia com o propósito de oprimi-los ou de contrariar, de qualquer modo, os seus destinos. (CORREGEDORIA GERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012. n.p.).

Ademais, entretentes ao contexto geopolítico da época, ocorreram também modificações na dinâmica geoeconômica pré-estabelecida, acarretando uma reorientação do comércio exterior latino-americano, que deixa de ter como principal parceiro os países do continente europeu e passou a ampliar o comércio com os EUA. Para tanto, em 1884, o Congresso dos EUA aprovou o envio de uma Comissão Especial para os países da América Central e da América do Sul, com desígnio de fomentar as relações comerciais, pautando-se na consolidação de três propostas principais:

[...] *convocar a un Congreso Panamericano, con la intención de crear y fortalecer un mercado hemisférico; una moneda de plata común; y un tratado de reciprocidad comercial suscrito por todas las naciones americanas, “liberando de derechos el intercambio de productos nativos transportados en buques de cualquiera de las dos partes.”* (CAMPOS, 2007, p. 23).

Houve, assim, a mudança do risco da recolonização efetiva da América Latina por parte das antigas metrópoles europeias⁸ para uma conjuntura de “colonização econômica”, proferida pelos Estados Unidos. Conseqüentemente, o bolivarianismo passou a aproximar-se de uma visão antiamericanista em busca da conquista por maior autonomia dos países latino-americanos. Em 1888, José Martí descrevia um cenário alarmante, ora

[...] *Jamás hubo en América, de la independencia acá, asunto que requiera mas sensatez, ni obligue a mas vigilancia, ni pida examen mas claro y minucioso, que el convite que los Estados Unidos potentes, repletos de productos invendibles, y determinados a extender sus dominios en América, hacen a las naciones americanas de menos poder, ligadas por el comercio libre y útil com los pueblos europeos, para ajustar una liga contra Europa, y cerrar tratos con el resto del mundo. De la tiranía de España supo salvarse la América español; y ahora, después de ver com ojos judiciales los antecedentes, causas y factores del convite, urge decir, porque es la verdad, que há llegado para la América española la hora de declarar su segunda independencia.* (CAMPOS, 2007, p. 23-24).

Ademais, as ambições em estabelecer uma união aduaneira em escala hemisférica

⁸ Embora este risco pareça distante, a ideia de recriação do neo-colonialismo ainda é defendida por alguns intelectuais, o filósofo Karl R. Popper em meados da década 1990 afirmava “[...] libertamos estes Estados (as ex-colônias) depressa demais e de maneira demasiado simplista” é como “deixar um orfanato entregue a ele mesmo” (LOSURDO, 2006, p.14).

colocaram em pauta a questão referente às infraestruturas de integração. Já na 1ª Conferência Pan-Americana (1889-1890), os EUA demonstravam preocupação em como escoar os produtos, ressaltando a necessidade de consolidar uma rede de transportes integrada. As propostas, primeiramente, focaram na discussão da criação de uma estrada de ferro pan-americana, empreendimento interessante para as empresas norte-americanas que apresentavam grandes vantagens na construção ferroviária (DULCI, 2008).

Com intuito de viabilizar o projeto, foi recomendado o arranjo de uma comissão técnica de engenheiros, que realizaram estudos do norte da Guatemala até o norte da Argentina. Por conseguinte, foram apresentadas novas possibilidades para viabilizar a conexão hemisférica, como a promoção de estradas que poderiam servir como alternativa aos demais modais em caso de guerra. No entanto, tais projetos nunca se tornaram realidade devido à dificuldade para elaboração dos estudos simultâneos, haja vista que alguns países nem mesmo dispunham de comissões técnicas para realização de pesquisas e em razão do elevado custo dos projetos, que necessitavam de financiamento dos bancos norte-americanos (DULCI, 2008).

Nesse sentido, opondo-se ao projeto estadunidense de criação de uma união aduaneira com o hemisfério, o delegado argentino, Roque Sáenz Peña, defendia a “América para a Humanidade” e não “América para os Americanos”, assegurando que as repúblicas hispano-americanas necessitavam dos mercados do mundo inteiro para se desenvolver e obter o progresso comercial (ESCUDE at al. 2000 apud SILVA, 2004), especialmente o mercado europeu (leia-se Inglaterra), que apresentava elevada participação no comércio exterior latino-americano (DULCI, 2008).

Entrementes aos desconcertos resultantes das relações dos EUA com os países da América Latina acrescenta-se a crise de 1929. Verificou-se, nesse momento, uma inflexão no comércio exterior. Logo, para resolver a dificuldade em obter as divisas necessárias para manter as importações e pagar os compromissos externos, os países passaram a substituir importações, fomentando um importante parque industrial e consolidando um significativo mercado interno, como foi o caso da Argentina, do Brasil e do México, retirando das prioridades a ampliação dos vínculos continentais.

Já após a Segunda Guerra Mundial (1945), a criação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), contribuiria no âmbito teórico para elaboração de uma interpretação própria acerca das causas do subdesenvolvimento da região e as possibilidades para superá-lo. Foram elaborados pela comissão estudos sobre a industrialização, o comércio e a possibilidade de ampliação dos mercados

para os produtos latinos, inspirando as futuras tentativas de integração da América Latina (GUIMARÃES, 2002).

Nesse contexto, em que se iniciou a Guerra Fria, travou-se a disputa entre as duas superpotências (EUA e URSS) pela hegemonia mundial, a Europa encontrava-se em ruínas e o risco do comunismo aumentava. Desse modo, para acelerar a reconstrução econômica da Europa Ocidental, garantindo assim sua órbita de influência, os EUA lançaram o “Plano *Marshall*” (1948-1951), que significaria uma espécie de “desenvolvimento a convite” para a Europa (CHANG, 2009).

Já a América Latina, que sempre foi vista pelos geostrategistas ianques enquanto área geográfica natural para a expansão do império norte-americano, foi deixada de lado, gerando reivindicações dos governantes locais por um plano de investimentos para a região. Tal episódio ficou evidente na viagem do vice-presidente norte-americano, Richard Nixon, ao Peru e à Venezuela em 1958. Naquele momento, ele sofreu tentativas de agressão, promovidas por manifestantes descontentes com a política destinada ao continente.

No Brasil, o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira apontava ao presidente dos Estados Unidos, David Eisenhower, a necessidade de realizar uma revisão das relações interamericanas. Desta maneira, o presidente brasileiro propôs a Operação Pan-Americana (OPA) em 1958, “[...] a fim de forçar os Estados Unidos a se voltarem para os problemas de desenvolvimento econômico do hemisfério” (BANDEIRA, 1998, p. 316).

Tais iniciativas, embora tenham apresentado resultados limitados, desencadeariam a consolidação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1959. Essa instituição, embora com grande parte do capital norte-americano e com clara influência dos EUA, possibilitou acelerar o desenvolvimento socioeconômico e iniciar a promoção da integração regional da América Latina e o Caribe, facilitando acesso ao financiamento reivindicado pelos chefes de Estado latino-americanos à região. Por conseguinte, essa instituição influenciou na criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) em 1960, além da Aliança para o Progresso (1961)⁹.

A ALALC nasceu na cidade de Montevidéu enquanto uma organização de cooperação econômica que almejava a gradativa redução de tarifas alfandegárias entre os países membros (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela) e a criação de uma área de livre comércio em 12 anos. Tratava-se de um “regionalismo

⁹ Em resposta à Revolução Cubana (1959), o presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, lançou em (1961) a Aliança para o Progresso (ALPRO) uma versão ianque da OPA (Operação Pan-Americana), com intuito de barrar o avanço do comunismo, mas, sobretudo, manter sua posição hegemônica na região, embora sem lograr grande receptividade dos países.

defensivo”, complementar aos projetos nacionais de desenvolvimento que propunham constituir parques industriais nacionais, considerando assim que:

[...] muitas vezes a demanda doméstica não era suficiente para justificar a implantação de determinado segmento industrial com as escalas mínimas requeridas. A criação de mercados integrados permitiria às indústrias operar com escalas de produção mais elevadas, atendendo a mercados (regionais) mais amplos, e, portanto, com custos de produção mais baixos (MACHADO, 2000, p. 60).

Entretanto, nesse momento, os países membros da ALALC estavam focados em desenvolver seus próprios mercados domésticos, para isso utilizavam-se de controles rígidos sobre as importações, reduzindo a possibilidade de complementação entre os parques industriais dos países do bloco. Apesar de tudo, após uma década de existência da iniciativa foi possível constatar um importante efeito de “*desviación del comercio*”, isto é, priorização do aprofundamento das relações comerciais com os mercados regionais (ALADI, 1983).

Dessa maneira, ao finalizar a década de 1970, a região havia logrado uma participação mais elevada nas exportações e importações do conjunto de países e também de cada nação individualmente. Sendo assim, para o período de 1961-1980, as contribuições da região nas exportações evoluíram de 4% para 48% e as importações de 4% para 46% (ALADI, 1983).

Porém, ao chegar ao final da década de 1970, a conjuntura internacional desfavorável, atrelada ao elevado endividamento externo e a inexistência de mecanismos para apaziguar as assimetrias entre as distintas economias, resultou na substituição da ALALC pela criação da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), instituída pelo Tratado de Montevideu.

Essa iniciativa, ao reavaliar as dificuldades da iniciativa anterior, estabeleceu uma pauta mais modesta e pragmática, que objetivava, em longo prazo, a consolidação de um mercado comum latino-americano para os países membros (os mesmos que compunham a ALALC). Porém, mediante a adoção de um “mecanismo geral flexível”, possibilitava também a celebração de acordos sub-regionais entre os participantes, dando início à prática do “bilateralismo” (MELLADO, 2009).

Assim, três dos principais instrumentos da Alalc foram descartados com advento da nova instituição: (i) o princípio MFN [*Most Favoured Nation*], segundo o qual se estendia obrigatoriamente a todos os países membros as preferências comerciais negociadas bilateralmente; (ii) a meta de estabelecimento de uma tarifa externa comum para a região; e, (iii) a existência de prazos fixos para o cumprimento de etapas determinadas do processo de integração. (MACHADO, 2000, p.62).

Destarte, a possibilidade de celebração de acordos sub-regionais no âmbito da ALALC

resultou no Acordo de Cartagena, assinado em 1969, que culminaria na consolidação do Pacto Andino e da Comunidade Andina de Nações (CAN) e, por conseguinte, os tratados de “Preferências Tarifárias Regionais” e uma sequência de “Acordos de Complementação Econômica”, que mais tarde desencadeariam a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), assunto que será tratado com maior atenção no próximo tópico.

Neste momento, passou a ser gestado um “Novo Regionalismo”, estabelecendo a transição de uma perspectiva pautada na industrialização por substituição de importações a um regionalismo arrolado na ampliação da competitividade dos setores produtivos e na inserção no comércio internacional, no marco do “Regionalismo Aberto¹⁰” (MELLADO, 2009). Consequentemente, ocorreu entre diversos países a ascendência de várias tentativas de cooperação, porém estas iniciativas caminhariam a passos lentos, devido ao cenário internacional instável que iniciava.

As crises do petróleo, em 1973 e em 1979, acarretaram na elevação de seus preços, ampliação da inflação em escala mundial, deslocamento da balança de pagamentos dos países importadores, fato que decorreu em severo endividamento, seguido do aumento da taxa básica de empréstimo bancário de 5,7% para 18,8% no período de 1975 a 1984, que gerou, somente no Brasil, despesas extras de 26,6 bilhões de dólares (GONÇALVES; POMAR, 2002).

A crise econômica que se principiava seria agravada pelas recomendações impostas pelos países credores a partir do Fundo Monetário Internacional (FMI), um aspirante a “*San Antonio de Padua, protector de los pobres*” (TERRAGNO, 2005), que prognosticavam a adoção de medidas, como o “[...] aumento das taxas de juros, elevação de impostos e redução de subsídios, desvalorização real do câmbio, contenção dos investimentos governamentais, redução dos salários reais.” (MUNHOZ, 1992, p.112).

Diante desse fato, ao adentrar a década de 1980, houve a explosão da dívida latino-americana que representou para os países da região, em apenas três anos (1981-1983), um dispêndio de 81,7 bilhões de dólares para quitá-la, isto é, o dobro do que havia pago na década de 1970 (GONÇALVES; POMAR, 2002). Configurou-se, assim, a “década perdida” para os países latino-americanos, marcada por uma sequência de medidas de ajuste, através das quais os países orientaram-se para resolução do saneamento de suas finanças, inviabilizando a possibilidade de integração.

Entrementes, ao assumir o governo dos Estados Unidos, Ronald Reagan (1981-1989), “[...] *conocido por algunos analistas como el último mandatário estadounidense en hacer de America Latina el centro de la política exterior*” (BBC, 2004), reafirmou a pretensão dos EUA em

¹⁰ Conceito cunhado pela CEPAL no início da década de 1990, que visa ampliar acordos preferenciais de integração, favorecendo a criação de blocos econômicos que possam fortalecer a competitividade dos países e da região em um contexto de economia aberta.

rechaçar o comunismo, pautando-se, quando conveniente, na defesa da democracia, considerando que “[...] *los derechos humanos son elemento de lucha contra el comunismo; sólo puede triunfar el desarrollo económico si se impide que el Estado estorbe a los hombres de negocios*” (PASTOR, 1986, p. 6).

Dessa maneira, ao findar a “Doutrina Reagan” entre os resultados almejados, percebe-se uma ruptura no eurocentrismo histórico, decorrente da queda do Muro de Berlim, em 1989. Com o fim do mundo bipolar, consolidar-se-ia a hegemonia norte-americana, pautada na diplomacia do dólar e das armas que objetivava a ampliação do mercado consumidor estadunidense para uma escala mundial, por meio da promoção do *american way of life*, inventariado.

[...] nas formas de produção e distribuição da economia dos Estados Unidos, de suas empresas no país e no exterior, para gerar uma proposta de sociabilidade centrada no consumo e no consumidor, que realiza e, ao mesmo tempo, esgota os mais caras ideias do liberalismo econômico e político, ao dissolver o cidadão no consumidor, os direitos nas “oportunidades”, o Estado no mercado, a soberania na financeirização, a sociabilidade no conflito, a integração na exclusão, a esfera pública nas relações mercantis, os espaços públicos nos *shopping center*. (SADER, 2010, p. 39).

Inicia-se, assim, a década de 1990, com os Estados Unidos na posição de “superpotência” de um mundo unipolar, consequência de um projeto imperialista que “a bandeira fica em casa e o dólar vai aonde quer que se deseje, devidamente respaldado pelo aparato armamentista” (PARENTI, 1995 apud BETTI, 2003, p. 35), esforçado em consolidar a abertura de mercado para os fluxos de investimentos norte-americanos, atrelado a uma política-militar intervencionista, concretizada no governo Bill Clinton (1993-2001).

Desse modo, quando o império não conseguia alcançar seus objetivos por meio da promoção do embargo econômico ao país inimigo, recorria a bombardeios, como os que realizou no Iraque, Somália, Afeganistão, Iugoslávia. Por outro lado, a gradativa expansão de suas bases militares pelas várias partes do globo servia para coagir os países a aceitarem as determinações pré-estabelecidas (PETRAS, 2002).

No entanto, enquanto o governo norte-americano direcionou esforços para realizar operações militares nos países “rebeldes”, a sua participação no comércio mundial decrescia, apresentando queda na participação no mercado mexicano de 90% em 1994 para 70% em 1998; já no comércio com o MERCOSUL caiu de 17% em 1994 para 14% em 1999. Por outro lado, o comércio exterior desses países com o Mercado Comum Europeu crescia vertiginosamente, resultado da ampliação das relações comerciais e cooperativas¹¹ com o bloco europeu, conformando a perda de mercado ianque, sobretudo, no continente das Américas, determinando uma tendência à ampliação dos parceiros comerciais, principalmente no caso brasileiro.

¹¹ Deve-se salientar, em “[...] *el 29 de mayo de 1992, el Acuerdo de Cooperación Técnica de Carácter Interinstitucional y a posteriori el Acuerdo Marco Interregional de Cooperación entre la Unión Europea y el Mercosur - AMI -, dando inicio a un proceso de negociación dirigido a establecer una zona de libre comercio.*” (BOUZAS, 2004 apud MELLADO, 2009, p.24).

Ora, se no século XIX os EUA posicionaram-se para proteger a América Latina de um possível neocolonialismo advindo dos países europeus, a partir de 1992, propõem-se a defendê-la de um comércio exterior ofensivo com o Mercado Comum Europeu. Sendo assim, na tentativa de recuperar sua influência econômica na região, a política norte-americana inicia-se pela incorporação do México e do Canadá ao NAFTA (*North American Free Trade Agreement*), no ano de 1994, enquanto forma de expandir seu mercado.

Já na tentativa de reconquistar o comércio com os países da América Latina, principalmente no âmbito do MERCOSUL, e reduzir a participação do Mercado Comum Europeu nos países da região, o governo Clinton apresentou uma reedição do projeto Pan-americano, exposto em 1884. Para tanto, na primeira Cúpula das Américas em Miami, em 1994, propôs a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que ambicionava até o ano de 2005 integrar o continente do Alasca à Terra do Fogo, possibilitando acesso facilitado principalmente aos mercados argentino e brasileiro, os maiores da região.

No intento de confrontar a iniciativa norte-americana, expressa pela NAFTA e pela ALCA, o governo brasileiro, ainda em 1993, na gestão do então presidente Itamar Franco, sugere a criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), na VII Reunião dos Presidentes do Grupo Rio. A ideia era ampliar o MERCOSUL para toda a América do Sul (incorporando, também, a Comunidade Andina e o Chile, com exceção dos países caribenhos que se encontram na órbita de influência estadunidense).

Em contraposição à possível adesão da Argentina, o NAFTA repercutiu no adiamento do projeto brasileiro e na concentração de esforços para a consolidação da agenda comercial do MERCOSUL (MATINS, 2010). Além do mais, a Crise Mexicana (1994) e a onda de instabilidade que atingiram os mercados dos países sul-americanos, acrescido da maneira unilateral que o governo brasileiro conduziu a proposta, contribuíram para sua inviabilização.

Dessa forma, a ALCA conquistou alguns entusiastas, em um primeiro momento, que viam na iniciativa a possibilidade de alcançar saldos positivos aos países integrantes do bloco. Porém, após o início das negociações, marcadas pela intransigência norte-americana, foi possível aos governadores e aos setores da sociedade civil perceber, de maneira mais fulgente, que não se tratava de um acordo de livre comércio, invalidando a proposta, ainda em meados da década de 1990, uma vez que

[...] Os Estados Unidos se reservam o direito de manter subsídios de 30 bilhões de dólares para sua agricultura, a chamada legislação *antidumping* para proteger suas principais indústrias; cotas para importações em setores econômicos de maior competitividade; uma legislação bancária que permite que seus principais bancos lavem o dinheiro ganho ilícitamente na América Latina; e uma quantidade de restrições “sanitárias”, unilateralmente decididas, para limitar as importações de gado e outros produtos. Os países latino-americanos por seu turno, têm de eliminar todas as barreiras comerciais e seguir à risca a doutrina do livre comércio. (PETRAS, 2002, p. 25-26).

Percebe-se, nesse momento que se tratava de mais uma tentativa dos EUA de “chutar a escada” dos países subdesenvolvidos, uma vez que os mesmos adotaram práticas protecionistas por longos períodos e

neste momento vinham influenciando as economias em desenvolvimento a fazer o oposto. Além do mais, mesmo quando desenvolvidos, os mesmos, em muitos momentos, omitem o fato que adotaram (e ainda adotam) políticas para controlar o mercado (CHANG, 2004; 2009).

Para tanto, os EUA retomaram a velha tática de dividir para negociar, com maiores vantagens, a ALCA. Tal conjuntura influiria para que, embora o MERCOSUL apresentasse uma política econômica direcionada à liberalização comercial, fosse consolidada, pela primeira vez, uma frente comum para negociar com os EUA (acordo: 4 + 1, ou, Jardim das Rosas), possibilitando maior poder de barganha aos países membros do bloco¹², o que repercutiu na desaceleração das negociações.

E, após uma década de surto neoliberal, torna-se explícita a incoerência entre o discurso e a prática doutrinária defendida pelos países desenvolvidos, haja vista que no dia 6 de outubro de 2001 o jornal britânico *Financial Times* afirmava: “É possível que os Estados Unidos tenham redescoberto o Keynesianismo”,

[...] Esta semana, sem grande cerimônia, o presidente George W Bush pôs fim em silêncio a mais de uma década de ortodoxia na política econômica norte-americana. Ao indicar seu apoio a uma redução de impostos e um aumento dos gastos públicos no próximo ano, que pode chegar à soma de 130 bilhões de dólares, ele jogou o peso do governo, passando do superávit para o déficit. (WHEEN, 2007, p. 307).

Tais contradições eminentes da política econômica, propaladas pelos países centrais e atreladas aos baixos resultados conquistados pelos governos latinos americanos que adotaram as diretrizes neoliberais na década de 1990, contribuíram para iniciar o atravancamento das negociações da ALCA, um processo integracionista liberalizante com a maior potência mundial.

Ao adentrar o século XXI, com a eleição nos países da região de governos com maiores inclinações à esquerda, isto é, favoráveis ao maior controle do Estado sobre a economia, atreladas à ofensiva militar (Guerra ao Terror) promovida pelos EUA contra o Oriente Médio (Bahrain, Arábia Saudita, Iêmen, Jordânia, Qatar e Omã), implicou na redução, ainda que momentânea, da coação do Império aos países latinos.

Além disso, a China emergiu da periferia para disputar a posição de potência econômica com os EUA, haja vista que no período de 2000-2010 as exportações da China acumularam crescimento de 534% contra 63% dos EUA. Nesse sentido, conquistou pela primeira vez, no ano de 2009, a posição de principal exportador mundial e relegando a “superpotência” à segunda posição.

Esses fatores contribuíram para o declínio da ortodoxia de livre mercado na região, com o surgimento de críticas a respeito do *mainstream* político e econômico, assim como a reivindicação

¹² Os EUA ficaram surpresos ao perceber que se tratava de uma negociação em bloco, refletindo nas vésperas da reunião até mesmo na troca da mesa, “[...] em vez de se ter uma mesa de cinco, pentagonal, como os Estados Unidos haviam pensado que deveria ser feito, foi uma mesa de dois lados: de um lado o Mercosul e do outro os Estados Unidos.” (AMORIM, 2009. n.p.).

do desenvolvimento prometido pelos ideólogos do neoliberalismo, resultando em uma onda de políticas heterodoxas na América Latina.

2-O MERCOSUL de uma origem neoliberal a uma perspectiva “nacional-desenvolvimentista”

Ao adentrar a década de 1980, foi estabelecida a ALADI que redirecionou os esforços destinados à integração continental e passou a incentivar a celebração de acordos bilaterais entre os países. O resultado foi a consolidação da Comunidade Andina de Nações (CAN) e uma série de tratados de “Preferências Tarifárias Regionais” e “Acordos de Complementação Econômica” que, nos anos seguintes, derivaram na criação do MERCOSUL, em 1991.

Vale lembrar que a história do Cone Sul¹³ não é recente, uma vez que a contiguidade territorial entre os países logrou, no último século, uma história envolta em disputas e desconfiança quanto às condutas expansionistas e ao uso dos recursos naturais presentes nas áreas de fronteira. Entretanto, a proximidade entre os países também criou possibilidade para complementaridade econômica e a diminuição das divergências existentes.

Já na década de 1930, os chefes de Estado Getúlio Vargas (Brasil) e Juan Domingo Perón (Argentina) compreendiam os benefícios que poderiam ser alcançados com as relações de cooperação pautada na consolidação de investimentos produtivos e na ampliação da industrialização, chegando a apontar que no “[...] futuro do mundo somente subsistirão os conglomerados políticos, sociais e econômicos que constituirão uma unidade econômica, porque a luta do futuro será essencialmente econômica”. (PERÓN, 1950 apud CERVO, 2007, p. 128).

Desse modo, passou a ocorrer um maior incentivo do poder público para promover a integração regional e, por conseguinte, as “interações espaciais” (SILVEIRA; COCCO, 2010) entre os países. Tal estratégia funcionou e, no ano de 1945, o Brasil tornou-se o principal exportador e o terceiro importador da Argentina, resultando, no mesmo ano, na retomada da proposta do chanceler brasileiro Barão do Rio Branco para a composição de um bloco regional entre Argentina, Brasil e Chile (ABC), objetivando ampliar a importância geoeconômica/geopolítica individual de cada país por meio de uma atuação conjunta no cenário internacional (CERVO, 2007).

Embora as interações espaciais entre os países pertencentes ao Cone Sul fossem uma realidade, o intento de institucionalização de um bloco entre os países seria de difícil cumprimento nas décadas seguintes. Primeiramente, devido às políticas nacionalistas adotadas no momento,

¹³ O “Cone Sul” foi um conceito cunhado na década de 1970 no período militar. Trata-se de um arco que abarca o Porto de África ao Porto de Santos, parcela da América do Sul mais “desenvolvida”, composta predominantemente por imigrantes europeus. Já a partir da década de 1980, com a democratização dos países, o conceito seria abandonado em detrimento do MERCOSUL (MARTIN, 2010).

focadas na consolidação e expansão do mercado doméstico e devido à desconfiança da opinião pública quanto à intenção argentina de restabelecer o antigo Reinado do Prata e, por outro lado, suspeitando de um possível expansionismo brasileiro para a região.

No início da década de 1960, o governo brasileiro de João Goulart manifestou a intenção de construir uma hidrelétrica no rio Paraná aproveitando o salto de Sete Quedas e o de Guairá, estabelecendo com o Paraguai um acordo para exploração dos recursos hídricos em comum. Para tanto, estabeleceu-se em 1963 uma Comissão Mista Paraguaio-brasileira para estudar todos os aspectos da obra que não seria realizada sem o consentimento de ambas as partes (ZIBECHI, 2012).

Todavia, com a tomada de poder pelos militares no Brasil o cenário mudou, ocorrendo, a mando do governo brasileiro, em 1964, a ocupação de Porto Renato, uma zona de litígio ainda não delimitada entre Brasil e Paraguai, procedendo em tensão entre ambos os países. De contínuo, o governo brasileiro decidiu não construir a usina em Sete Quedas e mudou sua localização 160 km mais ao sul do rio Paraná, em Itaipu. Uma decisão geopolítica que influiria na redução da força do rio para a geração de energia na hidrelétrica de Corpus em construção pelo governo Argentino, estabelecendo um clima de tensão na região (ZIBECHI, 2012).

Esse mal estar com o governo argentino, nosso principal parceiro comercial na região, ocasionou uma série de negociações entre os países a respeito da compatibilidade entre as usinas de Itaipu e Corpus. Conflito esse que seria equacionado somente em 1979, com a assinatura do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, que definiria esforços entre ambos os países para um período pacífico de ampliação dos acordos internacionais e estreitamento da cooperação entre estes (FAJARDO, 2004).

No início da democratização, no governo José Sarney (1985- 1990) e Raúl Alfonsín (1983-1989), Brasil e Argentina passaram novamente a buscar o alargamento das relações comerciais. Deste modo, “A primeira medida de Sarney, ao assumir a presidência da República em 1985, foi ordenar a importação de 1,3 milhão de toneladas de trigo, além de petróleo cru e derivados, a fim de aliviar o déficit comercial da Argentina [...]” (BANDEIRA, 1998, p. 325).

Consecutivamente, foi firmada uma sequência de protocolos bilaterais visando à cooperação entre os países em diversos setores, como na produção de trigo, bens de capital, entre outros, resultando no ano seguinte na assinatura da Ata de Integração Brasil-Argentina e na criação do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), que buscava alcançar os seguintes princípios:

[...] (i) do aprofundamento das preferências comerciais já negociadas pelos países no âmbito da Aladi; (ii) da abertura seletiva dos mercados; (iii) da instituição de mecanismos financeiros para fomentar o intercâmbio bilateral; e, (iv) do estímulo à complementação setorial, articulado através do estabelecimento de Protocolos de Negociação Setorial.

(MACHADO, 2000, p. 65).

Entretanto, essa iniciativa despertou a oposição de alguns setores produtivos de ambos os países, que temiam não suportar a concorrência. Tal fato, atrelado ao fracasso do Plano de Estabilização Austral na Argentina e o Plano Cruzado no Brasil, resultou no sucesso limitado da iniciativa. Com o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento em 1988, os dois países passaram a visar ao desenvolvimento de um mercado comum bilateral em dez anos, para tanto, previam

[...] a liberação completa do intercâmbio comercial entre Brasil e a Argentina e a harmonização das políticas aduaneiras, comercial, agrícola, industrial, de transporte e de comunicações. Numa segunda etapa, os países procederiam à harmonização das políticas necessárias à formação de um mercado comum. Iniciativas de coordenação das políticas monetária, fiscal e cambial contempladas no Tratado deveriam fomentar a criação de um cenário de estabilidade das “regras do jogo”, propício ao aprofundamento da integração comercial e produtiva entre os dois países. (MACHADO, 2000, p. 66).

Essa etapa bilateral que precede o MERCOSUL foi pautada em um processo de integração de caráter desenvolvimentista, visando à complementaridade gradualista e o estímulo à modernização das empresas argentinas e brasileiras. Porém, a partir do governo de Fernando Collor de Mello (1990) no Brasil e de Carlos Saúl Menem (1989) na Argentina houve a decisão de estender o mercado comum aos países vizinhos. Desta maneira, no ano de 1991 foi assinado o “Tratado de Assunção” e o MERCOSUL passou a uma fase quadrilateral, composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai orientado por um modelo econômico liberal livre cambista, restrito a ampliar a competitividade do bloco no sistema econômico internacional (ALMEIDA, 2011).

Esse novo momento da integração pode ser entendido como um “Novo Regionalismo” liberalizante, pautado na elaboração de políticas externas de estabilização e no ajuste estrutural teórico crítico ao intervencionismo estatal, cuja pretensão tornou-se ressaltar as grandes virtudes do mercado, colocando a abertura comercial como condição necessária e suficiente ao crescimento e à equidade de distribuição de renda (MELLADO, 2009).

Ora, nessa conjuntura a integração deixou de ter como foco a complementação produtiva intrassetorial e passou a buscar somente a redução dos custos tarifários e não tarifários¹⁴ através da consolidação do comércio intrarregional e da promoção da abertura econômica. Tal dinâmica foi ao encontro da proposta da CEPAL, denominada para o período de “Regionalismo Aberto”; uma nova concepção de regionalismo que visava à inserção dos países em conjunto no mercado mundializado por meio de

¹⁴ Os países aboliriam barreiras alfandegárias e não alfandegárias atingindo 80% da pauta de produtos comercializados, estabelecendo uma Zona de Livre Comércio, que em 1995 evoluiria para o estágio de União Aduaneira Imperfeita ou flexível ao estabelecer uma Tarifa Externa Comum, para países não membros em 1998. Já o comércio intrazona passou a utilizar tarifa zero.

[...] um processo de crescente interdependência no nível regional, promovida por acordos preferenciais de integração e por outras políticas, num contexto de liberalização e desregulação capaz de fortalecer a competitividade dos países da região e, na medida do possível, constituir a formação de blocos para uma economia internacional mais aberta e transparente. (CEPAL, 1994, n.p.)

Esse período de 1991 a 1997 foi assinalado pela criação/consolidação institucional do MERCOSUL, entretantes há um cenário de incertezas e divergências políticas entre os países. Em contrapartida, foi nesse mesmo íterim que o comércio no âmbito do bloco apresentou maior crescimento, com saldos positivos nas exportações intrabloco de aproximadamente 17,07% (HOFFMANN; COUTINHO; KFOURI, 2008).

Por outro lado, prevalecia nesse momento um cenário político de disputa entre Brasil e Argentina que foi arrefecida com o lançamento da ALCA em 1994, pelos EUA, e com as intenções demonstradas pelo governo argentino em acelerar as negociações hemisféricas, facilitando a incorporação do país à NAFTA. Isso resultou, por parte do governo brasileiro, em uma contraproposta – a criação da Área de Comércio Sul-Americana (ALCSA) – cuja pretensão era ampliar o MERCOSUL, incorporando a Comunidade Andina e o Chile.

No período de 1998 a 2002, embora o bloco estivesse mais consolidado, as crises originadas em outros países influíram nas transações inter-regionais no domínio do MERCOSUL, como: a Crise Asiática de 1997, a Crise Russa de 1998 e a crise do próprio Brasil em 1999 que, ao adotar o câmbio flutuante, realizando a desvalorização de sua moeda, ampliou a competitividade da industrial nacional e expôs diversos setores argentinos à concorrência dos produtos brasileiros.

Tal atitude contribuiu para a adoção de uma postura protecionista por parte do governo argentino, como a elevação das “[...] tarifas sobre os bens de consumo e redução substancial das importações de bens de capital e produtos de tecnologia e informação para os países de fora do bloco” (ARROYO, 2010, p. 65), implicando na redução do intercâmbio bilateral em cerca de 30%, além de desencadear uma relação de tensão diplomática com o Brasil, uma vez que o governo argentino

[...] promovió la dolarización de la economía argentina; anunció el pedido de ingreso a la OTAN; ofreció el territorio nacional fronterizo con Brasil para que comandos de Estados Unidos realizaran entrenamiento militar; el Presidente Menem prometió tropas a Estados Unidos para ingresar a Colombia y reabrió la disputa por la Banca en el Consejo de Seguridad ante la ONU. (COLOMBO, 2007, p. 44)

Prontamente, o bloco enfrentaria seu período mais conturbado, acrescido da Crise Argentina que eclodiu no ano de 2002 e seu agravamento decorrente da decisão do FMI em dificultar o financiamento da dívida do país, que acarretou na decretação de moratório da dívida

externa, ou seja, um *default* de 81,2 bilhões de dólares, seguido da ruptura do sistema de contratos, desaparecimento da unidade monetária e do crédito externo e interno no país, [...] *el PIB cayó un 4,4% en 2001 y un 10,9% en 2002; existió una perdida acumulada del 20% del PIB y del 30% de la demanda interna consecuencia de una caída de la inversión trepó al 23,3%, y la pobreza y la indigencia alcanzaron al 54% y al 25,3% de la población respectivamente.* (COLOMBO, 2007, p. 55).

Surpreendentemente, foi nessa situação adversa de deterioração da imagem argentina no cenário internacional, resultante de uma década de políticas neoliberais, agravada pela negativa do FMI para renegociar sua dívida, que os embates políticos entre os dois principais países sócios do bloco seriam amenizados, havendo o gradativo fortalecimento da aliança política entre os mesmos (COLOMBO, 2007).

Posto isto, o apoio brasileiro à liderança argentina nesse momento foi fundamental para legitimação do governo na empreitada de renegociações com organismos financeiros multilaterais (COLOMBO, 2007). Por outro lado, a crise argentina começava a influenciar a economia brasileira (*Efecto Tango*) por meio da redução das exportações brasileiras, mas, sobretudo, devido à desconfiança em relação ao mercado brasileiro que resultou na valorização recorde do dólar que chegou a atingir cerca de R\$ 2,50 no ano de 2001.

Nos anos seguintes, a recuperação das economias brasileira e argentina, ambas de maior peso no bloco, e a retomada com maior afinco das relações de cooperação resultaram no fortalecimento do MERCOSUL. À vista disso, tornou-se oportuna a retomada da ideia apresentada no governo Itamar Franco de criação da ALCSA, uma proposta de ampliação do MERCOSUL, enquanto modelo para proposição da integração Sul Americana.

Ademais, deve-se salientar que, nesse mesmo período, o encantamento dos governos latino-americanos em relação à ALCA começou a cessar, procedendo na adoção de uma atitude crítica em relação à postura neoliberal exercida fielmente pelos governantes latino-americanos na década de 1990; no caso argentino tal rechaço tornou-se nítido

[...] *una encuesta realizada a principio de 2003, mostraba que el sentimiento antinorteamericano en los argentinos había llegado al 70%, que el 89% rechazaba la participación en la guerra contra el terrorismo y que sólo el 7% de los encuestados consideraba que debía profundizarse la relación con el ALCA, mientras que el 62% considera que el país debería entrechar vínculos comerciales con los países del MERCOSUR* (CLARÍN, 15/06/2003 apud COLOMBO, 2007, p. 61).

Ora, ao adentrar o século XXI, com Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Nestor Kirchner (2003-2008), foram resgatadas as orientações presentes na fase bilateral, que antecederam

o bloco, isto é, “[...] uma retomada de uma perspectiva “nacional-desenvolvimentista”, que busca o fortalecimento do mercado interno e propõe políticas sociais para reduzir a pobreza e a exclusão social, com um papel ativo do Estado na procura de uma melhor distribuição de renda e no aumento do investimento público” (ARROYO, 2010, p.66).

A despeito disso, Arroyo (2010) ainda afirma que esse movimento pode ser percebido no âmbito do MERCOSUL nas modificações na estrutura institucional do bloco, por meio da inclusão de novos aspectos políticos e sociais perseguidos como a democracia, os direitos humanos e a geração de emprego. Esses foram refletidos na Reunião de Altas autoridades na Área de Direitos Humanos; no Centro de Promoção do Estado de Direito; no Grupo de Alto Nível para uma Estratégia MERCOSUL de Crescimento do Emprego; o Observatório da Democracia no MERCOSUL; o Instituto Social do MERCOSUL, o Fundo MERCOSUL de Garantia para Micro, Pequenas e Médias Empresas; o Fundo da Agricultura Familiar do MERCOSUL, o acordo entre Brasil e Argentina de um sistema de compensação de pagamento em suas respectivas moedas e o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), que direciona recursos para melhorar as infraestruturas físicas, as estruturas produtivas e os índices sociais no âmbito do bloco.

Além disso, houve o gradativo alargamento do MERCOSUL por meio da celebração de tratados bilaterais, com a adesão enquanto associados da Bolívia (1996), Chile (1996), Peru (2003), Colômbia (2004), Equador (2004) e Venezuela (2012), a qual passou de país associado a membro pleno do bloco. Desta maneira, a ampliação do bloco permite aos países aprofundar sua complementaridade econômica; essa dinâmica atrelada à integração (normativa e territorial) promovida simultaneamente em escala continental, contribuem para realocação geopolítica/geoeconômica da região, no mundo.

3-Ao iniciar o século XXI um novo fôlego para integração Sul-Americana

Sem alarde, o antigo “quintal” dos Estados Unidos deixa para trás sua história de subordinação a Washington, buscando novos parceiros fora do continente e fortalecendo a capacidade de ação estatal. A Doutrina Monroe (“a América para os americanos” ... do Norte) está se desvanecendo, lentamente. (TOKATLIAN, 2008. n.p.)

No ano 2000, ocorreu em Brasília, a convite do então presidente Fernando Henrique Cardoso, a I Cúpula de países da América do Sul, evento no qual os mandatários do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Guiana e Suriname convergiram na busca por

soluções conjuntas para temas como: democracia, infraestrutura de integração, drogas e delitos conexos, relacionados ao tráfico de armas e drogas¹⁵ (COUTO, 2005).

Embora com uma pauta diversificada de propostas, a temática que apresentou maior êxito foi referente às infraestruturas (transporte, energia e telecomunicações), por meio da consolidação da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Um plano que nascia no cerne do regionalismo aberto, impellido por governos neoliberais e que objetivava juntamente com *Plan Puebla–Panamá* (liga América Central a América do Norte) preparar o território para a inevitável adesão à ALCA (PADULA, 2011).

Até esse momento, as tentativas de integração haviam conquistado importantes avanços *normativos*, decorrendo em uma complicada trama de tratados, que resultaria em um efeito *Spaghetti bowl* (tigela de espaguete) na América latina. Essa trama de relações comerciais e de cooperação entre os países resultou em interações espaciais entre os mesmos, que deveriam ser intensificadas, ainda que de maneira extremamente desigual, com a possível adesão dos mesmos à ALCA, tornando fundamental, também, a retomada da concepção integracionista pelo prisma *territorial*.

Ao iniciar o século XXI, vários países da América do Sul elegeram governos mais alinhados à esquerda, como na Argentina (Néstor Kirchner), Bolívia (Evo Morales), Brasil (Luiz Inácio Lula da Silva), Equador (Rafael Correa), Paraguai (Fernando Lugo), Uruguai (Tabaré Vázquez) e Venezuela (Hugo Rafael Chávez), assim as relações integracionistas ganharam novo “fôlego” e passaram a ocorrer com maior autonomia no âmbito territorial e também normativo.

Essa aspiração foi estimulada, particularmente, pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, na busca por incentivar o consenso entre os mandatários da região, empenho esse que podemos constatar no uso da expressão “América do Sul”, que tornou-se recorrente em seus pronunciamentos presidenciais (SANTOS, 2005); em oito anos do governo FHC e 85 textos presidenciais, a expressão apareceu em apenas 12; já no governo Lula, nos primeiros dois anos de governo, a denominação seria citada em 106 textos (CARVALHO, 2009).

Tal conjuntura, associada ao descontentamento nas negociações à ALCA, a adesão do México ao NAFTA, a forte influência da economia norte-americana nos países da América Central (Guatemala, Belize, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, além de uma série de ilhas e territórios ultramarinos), colaboraria para uma reorientação geopolítica e geoeconômica da estratégia integracionista, que embora não abandonasse a intenção de abarcar toda a América Latina, a princípio limitou-se a impulsionar a integração sul-americana (ROCHA, 2000). Ora, poderíamos afirmar que, estrategicamente,

“[...] Se excluyó a México que históricamente competió con Brasil por su liderazgo en América Latina, sumado a que las fronteras difusas entre el espacio sudamericano con el de América Latina y el Caribe lleva, en muchos caso, a que ese país adquiriera un papel

¹⁵ Como podemos verificar, a Guiana Francesa não está inclusa, pois não é um país, mas sim um departamento ultramarino francês; assim como as Ilhas Malvinas (*Falkland*) e as Ilhas Geórgias e *Sandwich* do Sul não estão incluídas, pois são territórios pertencentes ao Reino Unido.

protagónico en cuestiones relacionadas con el desarrollo político de la región” (PEÑA, 2009 apud MELLADO, 2009, p. 115).

Porém, parece mais realista apostar que ainda hoje “[...] a América Mediterrânea é uma zona em que a supremacia dos Estados Unidos não pode ser questionada. Para todos os efeitos se trata de um mar fechado cujas chaves pertencem aos Estados Unidos. O que significa que o México, a Colômbia e a Venezuela ficarão sempre numa posição de dependência absoluta dos Estados Unidos (SPYKMAN, 1942 apud FIORI, 2011, p.21)”. Embora a Colômbia e, principalmente, a Venezuela, tenham apresentado relativo êxito na fuga.

Essa artimanha iniciada pelos governantes latinos na busca por maior soberania nas decisões políticas e econômicas aos seus países não tardaria a ser percebida pelos EUA, a fim de, no ano de 2006, Peter Hakim, presidente do *Inter-American Dialogue*, uma organização sem fins lucrativos, que visa manter líderes empresariais e financeiros, bem informados sobre políticas econômicas para América Latina, questionou “*is Washington Losing Latin America?*”. Para o referido presidente

A maioria dos governos latino-americanos tem apenas parcialmente concluída as reformas políticas e econômicas necessárias para sustentar um crescimento robusto e saudável das suas instituições democráticas. A maioria deles tem negligenciado as profundas desigualdades econômicas e tensões sociais da região. Muitas vezes, alguns dos governos latino-americanos cooperaram a contragosto com os Estados Unidos. E alguns dos líderes da região se voltaram para a retórica populista e antiamericana para ganhar adeptos e votos (HAKIM, 2006. n.p. Tradução Livre).

De fato, o questionamento de Hakim possuía fundamento, embora a IIRSA tenha nascido pautada nos ditames do livre mercado, ela foi responsável pelo primeiro encontro dos países do continente no século XX, sem a participação de uma potência externa, implicando na retomada do diálogo entre os países da América do Sul. Por conseguinte, após as eleições de governantes mais voltados à esquerda, no ano de 2004, na III Reunião de Presidentes da América do Sul em Cuzco (Peru), o enfoque na consolidação da área de livre-comércio, presentes na IIRSA, seria criticado e teoricamente abandonado (PADULA, 2011).

Por outro lado, na mesma ocasião, com a “Declaração de Cuzco” foi criada a CASA (Comunidade Sul Americana de Nações), com objetivo inicial de exercer coordenação política e diplomática para estreitar as relações entre o MERCOSUL, a Comunidade Andina e o Chile, mediante a conformação do aprofundamento da zona de livre comércio e da integração infraestrutural entre os países.

No ano de 2005, Venezuela e Cuba firmariam em Havana a ALBA (Alternativa Bolivariana para os Povos da América), composta por: Bolívia, Nicarágua, República Dominicana, Honduras, Equador,

São Vicente e a Granadinas, Antígua e Barbuda. A ALBA se mostrou um processo de integração, com eixo ideológico claramente anti-hegemônico, visando ampliar o comércio regional e estabelecer a cooperação entre os países para o aproveitamento dos seus recursos naturais, incluindo seu potencial energético, a formação de capital humano, a luta contra a pobreza e a exclusão social (PRECIADO, 2008).

Sendo assim, a ALBA se aproveitou do elevado preço do petróleo no mercado externo para obtenção de recursos financeiros para financiar a iniciativa. Além do mais, o projeto almeja a consolidação da Petroamérica, uma empresa que pretende lograr cooperação e integração energética dos povos do Caribe, Centro América e da América do Sul, por meio da consignação de três iniciativas sub-regionais: a Petrosur, um organismo de cooperação entre as petroleiras estatais da Argentina, do Brasil e da Venezuela; a Petroandina, composta pelos países que conformam a Comunidade Andina de Nações e a Petrocaribe, formada por 14 países da Região Caribenha (PRECIADO, 2008).

Ademais, na XXIX Cúpula do MERCOSUL, realizada no ano de 2005, adicionou-se o mega projeto Gasoduto do Sul, com custo estimado em até US\$ 23 bilhões de dólares, que percorreria 2.950 quilômetros com intuito de efetivar a interconexão das reservas de gás da Venezuela (Puerto Ordaz) até a Argentina (Rio de la Plata), perpassando por diversas porções do território brasileiro, atendendo aos interesses dos países que compõem o MERCOSUL. Um projeto de elevado custo e complexidade, que dificilmente se tornará realidade. Momentaneamente o projeto está engavetado.

Já a recém fundada CASA, ambicionando invocar a identidade sul-americana, seria rebatizada de UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) na 1ª Reunião Energética da América do Sul, realizada em abril de 2007 na Venezuela¹⁶. Esta seria composta pelos mesmos doze países inclusos na IIRSA, mas ampliaria suas intenções, visando

[...] construir, de forma participativa e consensual, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vista a eliminar a desigualdade socioeconômica, lograr a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e da independência dos Estados (TRATADO CONSTITUTIVO DE LA UNASUR, 2008. Tradução Livre).

Desta maneira, sobre o cerne da UNASUL, os projetos de infraestruturas energéticas foram incorporados ao Conselho Energético Sul-Americano e, por sua vez, a antiga agenda de obras da IIRSA foi incorporada ao Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), que se tornou responsável pela integração territorial. Ademais, foram criados novos órgãos, dos quais destacam-se: o Parlamento Sul-Americano, para facilitar a elaboração de normas; o Banco da América do Sul, que pretende substituir a atuação do Banco Mundial e do FMI enquanto financiadores dos interesses dos países da região;

¹⁶ Em 28 de dezembro de 2005, o ex-ministro do exterior chileno, Ignacio Walker, propôs que o nome da comunidade fosse mudado para *União Sul-Americana (USA)*. Porém, esta proposta foi rejeitada por vários membros, uma vez que a mesma remete à abreviação de *United States of America*. (UNASUL, 2011).

o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), que ganhou relevância após tensões ocorridas entre Colômbia e Equador e pela ameaça de enfrentamento entre Colômbia e Venezuela.

Entretantes, prosseguiu na região o afastamento dos governos locais das políticas neoliberais em seus países, por meio da ampliação de novos mecanismos de articulação política para além da América do Sul. Deste modo, foi instituída no México a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), no ano de 2010, que abarcou os trinta e três países da América do Sul, América Central e Caribe. Em contrapartida, quando anunciada a redução da influência dos EUA na América Latina, estes retomaram velhas táticas para garantir sua hegemonia na região.

3.1-Washington e as estratégias para retomar sua hegemonia na região

Coincidência ou não, após três meses a UNASUL propor a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), no ano de 2008, os EUA anunciaram a reativação da IV Frota Naval, inativa desde a década de 1950, com objetivo de garantir o controle marítimo do Atlântico Sul. Essa que se encontra subordinada ao Comando Militar Sul (SOUTHCOM), nos últimos anos realizou elevados investimentos em policiamento militar e já possui mais funcionários na América Latina do que na maioria de suas principais agências federais e civis combinadas, com a justificativa de controlar gangues de rua e o populismo radical (CHOMSKY, 2009a).

Existem planos para o treinamento militar da *SOUTHCOM* ser transferido do Departamento de Estado para o Pentágono, que deverá retirá-lo da supervisão do Congresso e abrir espaço para abusos de direitos humanos. Ademais, o presidente Barack Obama, ironicamente ganhador do prêmio Nobel da Paz (2009), prevê em sua administração investimentos no Departamento de Defesa, que devem ser superiores aos de qualquer outro presidente norte-americano, desde a Segunda Guerra Mundial (CHOMSKY, 2009b). Vale lembrar ainda que,

[...] os EUA, possuem bases militares em todas as regiões do mundo e cujas Forças Armadas não têm finalidade a defesa das fronteiras nacionais, mas a intervenção em outros países. Desde sua fundação, em 1776, os Estados Unidos estiveram *at war* 214 em seus 236 anos do calendário de sua existência, até dezembro de 2012. E, atualmente o governo do presidente Barack Obama promove guerras secretas em mais de 129 países. (BANDEIRA, 2013. n.p.).

Já no ano de 2011, os EUA propuseram um novo projeto de liberalização de mercado para a região. Surgiu assim o “Cisma do Pacífico”, uma aliança composta por México, Peru, Chile, Colômbia, cujo PIB (Produto Interno Bruto) dos últimos três países juntos alcançam aproximadamente US\$ 800 bilhões, menos de 1/3 do PIB brasileiro e menos de 1/4 do PIB do MERCOSUL, implicando em reduzida representatividade econômica, mas com forte importância

ideológica (FIORI, 2013).

No entanto, essa aliança trata-se apenas da primeira etapa de um plano maior, que almeja compor futuramente o *Trans-Pacific Economic Partnership (TPP)*, uma iniciativa

[...] extremamente ambiciosa, que envolve a Austrália, Brunei, Chile, Malásia, Nova Zelândia, Peru, Singapura, Vietnã, e eventualmente Canadá, México e Japão, e que, nas palavras de Bernard Gordon, Professor Emérito de Ciência Política, da Universidade de New Hampshire, “adicionaria milhares de milhões de dólares à economia americana e consolidaria o compromisso político, financeiro e militar dos Estados Unidos no Pacífico por décadas”. O compromisso, a presença, a influência dos Estados Unidos no Pacífico isto é, na Ásia, no contexto de sua disputa com a China (GUIMARÃES, 2013).

Ora, além de uma estratégia militar e econômica para a América Latina, o Império Norte Americano realiza um jogo sem escrúpulos com intuito de manter sua hegemonia na região. Conforme documentos divulgados por Edward Snowden ao jornal *The Guardian* no ano de 2013, os analistas da *National Security Agency (NSA)* utilizaram-se do programa *XKeyscore*, que permitiu acesso a chamadas telefônicas e informações de usuários na internet em diversos países da região, assim como na Alemanha, França e Itália, prática essa justificada e defendida pelo secretário de Estado dos EUA, John Kerry, que em sua primeira visita ao Brasil em agosto de 2013 afirmou:

Achamos que nosso serviço de inteligência protege a nossa nação, assim como outros povos. “Continuaremos a fazê-lo”, disse Kerry, em entrevista coletiva em Brasília, antes de ser recebido pela presidente Dilma Rousseff no Planalto. “Nossas atividades são respaldadas por lei” (DW, 2013).

De fato, como aponta Chomsky (2013b), os EUA realmente apresentam um estilo “paranóide” de Política Externa, porém a justificativa apresentada por Kerry não tem respaldo na realidade, uma vez que os governos espionados nunca apresentaram históricos relacionados ao financiamento ou abrigo a facções terroristas. Por outro lado, existem documentos comprobatórios que o embaixador dos EUA no Brasil, Thomas Shannon Jr, teve acesso a informações privilegiadas, que auxiliaram seu país na 5^o Cúpula das Américas, realizada no ano de 2009. Conforme carta escrita pelo embaixador,

Os mais de 100 relatórios que recebemos da NSA nos deram uma compreensão profunda sobre os planos e intenções de outros participantes da Cúpula e garantiram que nossos diplomatas estivessem bem preparados para aconselhar o presidente Obama e a secretária Clinton sobre como lidar com questões controversas, tais como Cuba, e interagir com contrapartes difíceis, como o presidente venezuelano, Hugo Chávez (GREENWALD; GOMIDE; SOUZA, 2013).

Segundo Bandeira (2013), as práticas de espionagem dos EUA estabelecidas pela NSA

ocorrem desde a década de 1960. E devem-se acentuar, uma vez que o império americano passa a encontrar dificuldades para crescer, advindas de suas próprias contradições internas, das crescentes dívidas, da impossibilidade de manter por muito tempo a emissão de dólar sem lastro para compra de petróleo e demais mercadorias, por meio do financiamento de outros países que adquirirem bônus do Tesouro Americano¹⁷, possibilitando financiar seu consumo e suas guerras (BANDEIRA, 2013).

Ademais, como recorda Borón (2013), estudos feitos pela *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD), um organismo insuspeito de possuir um átomo de marxismo ou anti-imperialismo, preveem que os EUA terão sua participação no PIB mundial reduzida de 22,7% para 17,8% até o ano de 2030. Por outro lado, a China deverá ampliar sua participação no PIB mundial de 17% para quase 28%, seguida pela Índia com 11%. Logo, China e Índia juntas deverão representar 39% do PIB global em 2030, alcançando aproximadamente 46% do PIB global em 2060 (BORÓN,2013).

Ora, nessa conjuntura, como aprofundar a integração regional na América Latina? Certamente UNASUL, ALBA, MERCOSUL e o Pacto Andino deverão enfrentar diversas ofensivas visando minar qualquer projeto integracionista ou, pelo menos, lhe embutir uma orientação mais liberalizante. Aliás, agora as circunstâncias são distintas, afinal “[...] uma potência tecnologicamente superior, é muito mais perigosa quando está em declínio, a perder sua hegemonia e quer conservá-la, do que quando expandia seu império.” (BANDEIRA, 2013, n.p.).

O caminho seguramente será o aprofundamento da integração normativa consolidando/fortalecendo os vínculos econômicos vigentes no âmbito intrarregional e extrarregional, favorecendo a ampliação da agenda política entre os países, com a ampliação das pautas referentes às questões sociais propostas pela ALBA e UNASUL.

Para tanto, deve-se caminhar, ainda que sejam realizados ajustes, com a promoção da integração territorial da IIRSA/COSIPLAN sob responsabilidade da UNASUL e dos demais projetos sobre o encargo da ALBA. Deve-se salientar que, mesmo havendo contiguidade territorial, a circulação de mercadorias e pessoas não ocorre caso não sejam materializadas no território infraestruturas capazes de estabelecer/ampliar a fluidez territorial e, por conseguinte, as interações espaciais entre os países.

Logo, a integração no âmbito normativo (leis, tratados) atrelada à integração territorial (infraestrutural) corrobora com os avanços das relações comerciais extrarregionais mas, sobretudo,

¹⁷ Segundo Bandeira (2013), atualmente a China é o maior credor dos EUA, com reservas de aproximadamente US\$ 3,5 trilhões, das quais apenas US\$ 1,145 trilhões estavam investidos e *U.S. Treasuries*.

inter-regionais, possibilitando aos países desvinculem-se dos ditames do livre mercado e modificando o campo geopolítico e geoeconômico da região, afinal “[...] o direito internacional só é respeitado quando uma nação tem capacidade de retaliar” (BANDEIRA, 2013).

Considerações Finais

Neste ensaio percorremos brevemente os progressos e retrocessos das principais iniciativas de integração regional entre os países latino americanos, cujos desdobramentos mais importantes se deram a partir do século XIX. A integração regional trata-se de uma temática relevante, porém pouco abordada pela geografia latino americana, ainda que existam importantes pesquisadores que se dediquem a investigar o tema.

Assim sendo, após esse percurso, constatamos, dentre os obstáculos para integração continental, causas internas referentes aos diferentes interesses das políticas de desenvolvimento econômico de cada estado nação atreladas à desconfiança política quanto às reais intenções dos países vizinhos favoráveis à integração regional. Por outro lado, existem causas externas decorrentes das constantes ingerências na soberania das nações proferidas, primeiramente pela metrópole europeia e, consecutivamente, pelos EUA.

Dado o exposto, podemos afirmar que na primeira década do século XXI ocorreram extraordinários avanços no propósito de promover a integração regional. No âmbito do MERCOSUL foi um período de avanço na engenharia institucional, com importante crescimento comercial do bloco. Contudo foram no domínio da América do Sul os maiores avanços, a julgar pelo impulso à integração territorial, além da criação de múltiplos organismos intergovernamentais, que possibilitam elaborar/coordenar uma ampla agenda política para a região, viabilizando uma inserção com maior representatividade no cenário internacional frente aos organismos multilaterais.

No entanto, devem-se continuar as análises a fim de compreender os desdobramentos de novos acontecimentos, como: no Paraguai a destituição do presidente Fernando Lugo no ano de 2012, que ocasionou a suspensão do país nos processos decisórios do MERCOSUL e garantiu a adesão da Venezuela como membro pleno do bloco, acarretando em constrangimento ao parlamento paraguaio, que cogitou romper com o bloco já uma vez empossado o novo presidente paraguaio, Horácio Cartes, o qual autorizou ao SOUTHCOM dos EUA a instalação do “Centro de Operações Emergenciais” no departamento de San Pedro no distrito de Santa Rosa del Aguaray no ano de 2014; ainda no ano de 2013, na Venezuela, a morte do presidente venezuelano Hugo Chávez, um dos maiores entusiasta da integração latino americana, contribuiu para desaceleração das negociações da ALBA; no Brasil, a adoção no decorrer da gestão da presidenta brasileira Dilma

Rousseff de uma política externa mais comedida parece que desencadeará na gradativa redução do papel do Itamaraty em questões externas, implicando na redução da absorção do quadro de diplomatas de 100 candidatos ano, mantido no último mandato do presidente Lula da Silva, para somente 18 no ano de 2014.

Tais episódios recentes salientados, entre outros diversos em âmbito regional e mundial, contribuem para elucidar a dificuldade de elaborar prognósticos do porvir das iniciativas integracionistas; certamente no âmbito do MERCOSUL dificilmente ocorrerão retrocessos importantes devido à complementaridade econômica existente entre os países do bloco, mas na esfera Sul Americana a situação é incerta e somente ininterruptos estudos a respeito da temática possibilitarão aproximarmos das respostas.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, J. C. B. O Brasil e o Congresso Anfictiônico do Panamá. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. ano 43, n.2. 2000, p.170-191.

ALMEIDA, P. R. de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, vol. 47, n. 01, 2004, p. 162-184.

———. O desenvolvimento do Mercosul: progressos e limitações. In: Parte 1: **Revista Espaço da Sophia**, Brasília, ano 5, n.43, jul-set, 2011, p.63-79. Parte 2: **Revista Espaço da Sophia**, Brasília, ano 5, n. 44, out- dez, 2011, p.143-170.

AMORIM, C. A integração sul-americana. **Revista Diplomacia, estratégia, política**. Brasília, n. 10. out./dez, 2009, p. 5-26.

ARICÓ, J. O Bolívar de Marx. In: **Simón Bolívar por Karl Marx**. São Paulo: Martins, 2008.

ARROYO, M. MERCOSUL: redefinição do pacto territorial vinte anos depois. In: ARROYO, M.; ZUSMAN, P. (org.). **Argentina e Brasil: possibilidades e obstáculos no processo de integração territorial**. São Paulo / Buenos Aires: Ed. Humanitas/ Facultad de filosofía y letras, 2010, p.59-82.

ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INTEGRACIÓN – ALADI. **Evolución y estructura del intercambio comercial de los países que integran la ALADI, 1952-1980**. Montevideo, março, 1983. (Estudo 5).

BANDEIRA, M. L. A. As relações regionais no Cone Sul: Iniciativas de integração. In: CERVO, A. L.; RAPOPORT, M. (Orgs.). **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Revan, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

———. **O Brasil e as ameaças de projeto imperial dos EUA**: entrevista [26/10/2013]. Carta Maior. Entrevista concedida a Marco Aurélio Weissheimer.

BETTI, M. S. Marx Tawain: uma redescoberta oportuna. In: TAWAIN, M.; BETTI, M.S. (orgs.). **Patriotas e traidores: antiimperialismo, política e crítica social**. 2003.

BORÓN, A. **Se mueven las “placas tectônicas” del sistema internacional**, 2013. Disponível em: <<http://www.atilioboron.com.ar/2013/10/se-mueven-las-placas-tectonicas-del.html>>. Acessado em: 21 nov, 2013.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION (BBC). **Reagan, Latinoamérica y la Guerra Fría**, 2013. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/spanish/international/newsid_3784000/3784325.stm>. Acesso em: 16 nov, 2013.

CAMPOS, C. O. El AICA: Los origines del viejo sueño imperial. In: AYERBE, L. F. (Org.) **Integração Latino-americana e Caribenha**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, p.9-30.

CARVALHO, A. S. de. **A evolução da política brasileira de integração regional: do MERCOSUL à UNASUL**. Trabalho final de especialização em relações internacionais. Universidade de Brasília, 2009.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **El Regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad**. Santiago de Chile, 1994.

CERVO, A. L. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. 2.ed. São Paulo:Saraiva, 2007.

CHANG, H. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

———. **Maus Samaritanos: o mito do livre comércio e a história secreta do capitalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CHOMSKY, N. War, Peace, and Obama's Nobel. **In These Time**, 2009a. Disponível em: <http://inthesetimes.com/article/5134/war_peace_and_obamas_nobel/> Acesso em: 20 set. 2013.

———. La cuestionada supremacía estadounidense en América Latina. **La Jornada**, 2009b. Disponível em: <<http://www.chomsky.info/articles.htm>> Acesso em: 20 set. 2013.

COUTO, L. F. **O horizonte regional do Brasil e a construção da América do Sul (1990-2005)**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Universidade de Brasília, 2006.

DEUTSCHE WELLE (DW). **Ao lado de Patriota, Kerry defende espionagem dos EUA**, 2013. Disponível em: <<http://www.dw.de/ao-lado-de-patriota-kerry-defende-espionagem-dos-eua/a-17017063>>. Acessado em: 01/08/2013.

DULCI, T. M. S. **As conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)**. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: FFLCH/USP, 2008.

FAJARDO, J. M. C. **Acordo tripartite Itaipu – Corpus: Ponto de inflexão entre a disputa geopolítica e a política de cooperação.** Dissertação de Mestrado em Ciências Política. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FIORI, J. L. **O poder global e a nova geopolítica das nações.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

———. **Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana.** DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011. (Texto para Discussão CEPAL-IPEA, 42).

———. O “cisma do Pacífico”. **Carta Maior**, 2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5945> Acesso em: 20 set. 2013.

GONÇALVES, R.; POMAR, V. **A armadilha da dívida.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

GREENWALD, G.; GOMIDE, R.; SOUZA, L. A carta em que o embaixador americano no Brasil agradece o apoio da NSA. **Época**, 2013 Disponível em: <<http://epoca.globo.com//tempo/noticia/2013/08/carta-em-que-o-atual-bembaixadorb-americano-no-brasil-bagradece-o-apoio-da-nsab.html>>. Acessado em: 01/08/2013.

GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional.** Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/Contraponto, 2002.

———. Mercosul versus a nova Alca versus a China. In: **Carta Maior**, 2012. Disponível em: <www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20737> Acesso em: 20 set. 2013.

HAKIM, P. Is Washington Losing Latin America? In: **Foreign Affairs**, v. 85, nº 1, jan-fev, 2006. Disponível em <<http://www.foreignaffairs.com/articles/61372/peter-hakim/is-washington-losing-latin-america>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

HOFMANN, A. R.; COUTINHO, M.; KFURI, R. Indicadores e análise multidimensional do processo de integração do Cone Sul. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, 2008, p. 98-116.

KOHAN, N. Del Bolívar de Carlos Marx al marxismo bolivariano del siglo XXI. **Revista Casa de las Américas**, n. 262, enero-marzo, 2011, p.8-20.

LOSURDO, D. **Liberalismo. Entre civilização e barbárie.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

MACHADO, J. B. M. **Mercosul Processo de Integração: origem evolução e crise.** São Paulo: Aduaneiras, 2000.

MARTIN, A. R. Sopa de letrinhas: ALBA, ALCA, MERCOSUL, UNASUL, CAN... Para onde vai a integração latino-americana? In: ARROYO, M.; ZUSMAN, P. (orgs.). **Argentina e Brasil: possibilidades e obstáculos no processo de integração territorial.** São Paulo / Buenos Aires: Ed.

Humanitas/ Facultad de filosofía y letras, 2010, p.37-58.

MARX, K. Bolívar e Ponte. In: **Simón Bolívar por Karl Marx**. São Paulo: Martins, 2008.

MELLADO, N. B. La integración sudamericana entre interrogantes y teorías. In: MELLADO, N. B. (Org.). **MERCOSUR y UNASUR: Hacia dónde van?** Córdoba (Argentina): Lerner, 2009, p. 13-41.

MELLADO, N. B.; ALI, M. L. Infraestructura y gobernabilidad en el Mercosur. In: MATEO, M. C.; MELLADO, N. B. (Org.). **Los cambios en la infraestructura regional y sus impactos ambientales en clave de mejorar la gobernabilidad en el Mercosur**. Córdoba (Argentina): Lerner, 2011, p. 51-89.

MUNHOZ, D. G. América latina: sacrificio inútil. In: **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 20, n.3, 1992.

PADULA, R. **As visões dominantes sobre a integração regional: o Regionalismo Aberto e a Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)**. In: Darc C. (Org.). **América do Sul: Integração e Infraestrutura**. América do Sul: Integração e Infraestrutura. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2011, v. 1, p. 143-208.

PASTOR, R. El gobierno de reagan y america latina: la busqueda implacable de seguridad. In: **Revista Foro Internacional**, Mexico (D.F.) v. XXVII, n.1(105), jul-sept, 1986.

PETRAS, J. **Império e políticas revolucionárias na América Latina**. São Paulo: Xamã, 2002.

PRECIADO, J. América Latina no Sistema-Mundo: questionamentos e alianças centro- periferia. **Caderno CRH**, Salvador, v21, n.53, maio-ago, 2008, p.253-268.

RIBEIRO, D. **A América Latina existe?** Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília (DF): Ed. UNB, 2010.

ROCHA VALENCIA, A. A dinâmica virtual da geopolítica continental americana. In: **Revista de Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.5, n.8, 2000, p.173-207. (tradução).

ROJAS MIX, M. A. América, no invoco tu nombre en vano. La Idea de la América Latina. De Neruda a la geopolítica contemporânea. **Revista Casa de las Américas**, n.253, oct-dez, 2008, p. 4-19.

SADER, E. Imperialismo e hegemonia. In: **Leituras críticas sobre Maria da Conceição Tavares**. São Paulo: Perseu Abramo, 2010.

SANTOS, L. C. V. G. A América do Sul no Discurso Diplomático Brasileiro. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v.48, n.002, 2005, p.185-204.

SILVA, J. G. C. da. **A integração Sul-americana e o Brasil: o protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA**. Monografia do curso de especialistas em desenvolvimento de Áreas Amazônicas. Belém- Pará, UFPA, 2004.

SILVEIRA, M. R; COCCO, R. G. Interações espaciais, transporte público e estruturação do espaço

urbano. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v.12, n.1, maio 2010, p. 63-81.

TERRAGNO, R. **La simulación**. Buenos Aires: Planeta, 2005.

TOKATLIAN, J. G. Relações interamericanas: America Latina reduz dependência dos EUA. In: **Revista Le Monde Diplomatique**, 2008. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=280>>. Acesso em: 1 de maio de 2013.

UNIÃO DAS NAÇÕES SUL AMERICANAS - UNASUL. Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas. Brasília: 2008. Disponível em < <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2008/05/23/tratado-constitutivo-da-uniao-de-nacoes-sul>>. Acesso em: 1 de maio de 2013.

VITALE, L. **La contribución de Bolívar en la economía política Latinoamericano**, Universidad Central de Venezuela, 2000.

WHEEN, F. **Como a picaretagem conquistou o mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ZIBECHI, R. **O Brasil potencia: entre la integración regional y um nuevo imperialismo**. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2012.